



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – DECON/SEAP**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO:
440/2025
(REF. AO PREG-E
439/2025)
TIPO: MENOR PREÇO
SRP

UASG: 928658
Início da sessão / disputa de lances:
10 h 00 min do dia 10/06/2026
Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de **KIT DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)** para atender a demanda desta **Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – CEDEC** e demais **órgãos participantes** deste SRP, conforme especificações do Termo de Referência.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 9.081.167,40 (nove milhões, oitenta e um mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**.

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas, <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro **Jhonatan Fioravante** e equipe de apoio, designados pela **Resolução SEAP nº 12.224/2025**, servidores efetivos do DECON/SEAP.
- **E-mail:** decondl@seap.pr.gov.br
- **Endereço:** Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – CEP 80.530-140, Curitiba / Paraná
- **O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.**

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

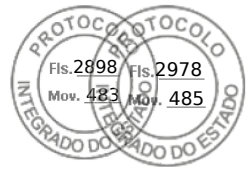
4.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

4.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema próprio do Portal da Transparência Eletrônico do Paraná (<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-a-informacao>), através do Sistema de Informação ao Cidadão.

5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

- 5.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.
- 5.2** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.
- 5.3** A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.
- 5.4** Os benefícios de ME e EPPs não serão aplicados considerando que o lote possui o valor total superior à receita bruta admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00), o que afasta as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme inciso I do § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/21.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO:

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor máximo global do lote**, fixado no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**).
- 2.1.1** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**) serão desclassificados.
- 2.2** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.
- 2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (**Anexo III**), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

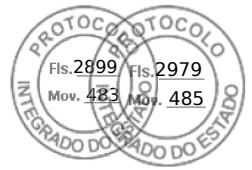
4 PROPOSTA PARCIAL:

- 4.1** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

5 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do **item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I)**.

6 CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - Anexo VII.I da Ata de Registro de Preços
 - Anexo VII.II da Ata de Registro de Preços
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

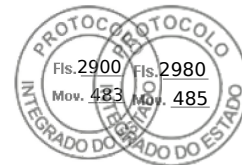
1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

- 1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones descritos no site para Capitais e Regiões Metropolitanas e para demais localidades (suporte técnico).
- 1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO:

- 2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- 2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
 - 2.3.1** Tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
 - 2.3.2** Constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
 - 2.3.3** Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;
 - 2.3.4** Não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
 - 2.3.5** Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.3.6** O servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
 - 2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
 - 2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
- 2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
- 2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

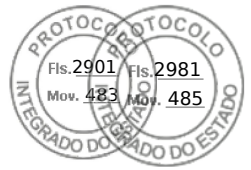
3 PROPOSTA INICIAL:

- 3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
 - 3.1.1** O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;
- 3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.
 - 3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.
- 3.4** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 3.5** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1** Valor global;
- 4.1.2** Marca;
- 4.1.3** Fabricante;
- 4.1.4** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 5.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

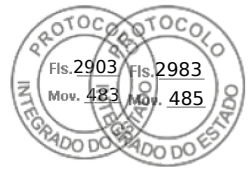
levado a efeito na fase de aceitação.

- 5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.
- 5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 5.20** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 91 do Decreto nº 10.086/2022.
- 5.22** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.23** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.23.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **01 (um) dia útil**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.23.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.2.
- 5.24** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

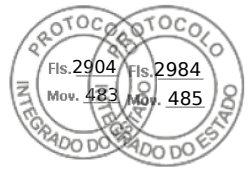
6 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.2** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 153 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.
- 6.3** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.3.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 6.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 6.6** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, sob pena de não aceitação da

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

proposta.

- 6.6.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.6.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.
- 6.6.3** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.6.3.1** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.6.3.2** O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do **Termo de Referência (Anexo I)** e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.
- 6.6.3.3** As amostras deverão ser entregues no local estabelecido no **item 1.5.1** do Termo de Referência. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.6.3.4** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 6.6.3.5** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 6.6.3.6** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **90 (noventa) dias**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 6.6.3.7** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 6.7** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.8** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 6.9.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.9.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 6.10** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema ou correio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.
- 7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 7.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 7.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.7** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

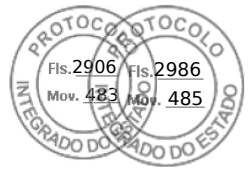
8 DESCRITIVO DA PROPOSTA:

- 8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.
- 8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.
- 8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.
- 8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.
- 8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

jurídica.

- 8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.
- 8.2** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9 OS RECURSOS:

- 9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.
- 9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.
- 9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.
- 9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.
- 9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).
- 9.4** No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema próprio do Portal da Transparência Eletrônico do Paraná (<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-a-informacao>), através do Sistema de Informação ao Cidadão.
- 9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

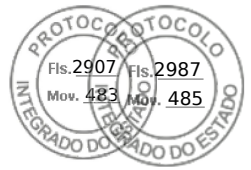
11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 11.1** Homologada a licitação pela autoridade competente, SEAP/DECON convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 11.1.1** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 11.2** Com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto nos §4º, §5º, §6º e §7º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022. Será incluído na Ata de Registro de Preços na forma de anexo:
- 11.2.1** O registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, observada a classificação do certame; e
- 11.2.2** Dos licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, na sequência da classificação do certame.
- 11.2.3** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata o item 11.2.1 antecederão aqueles de que trata o item 11.2.2.
- 11.2.4** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem os itens 11.2.1 e 11.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.2.4.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
- 11.2.4.2** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto 10.086/2022;
- 11.2.5** A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes do cadastro de reserva a que se refere o § 4º deste artigo, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
- 11.2.6** Na hipótese de nenhum dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o § 4º do artigo 298 do Decreto 10.086/2022 assinarem a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 11.3** O prazo de vigência inicial da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no **Portal Nacional de Contratações Públicas**, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, observadas as condições do art. 299 do Decreto 10.086/2022.
- 11.3.1** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 11.3.2** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
- 11.4** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.
- 11.5** No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital**.
- 11.6** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

contrato.

- 11.6.1** No interesse da Administração, considerando os art. 314 e 316 do Decreto Estadual 10.086/2022, é possível que Órgãos e Entidades Municipais utilizem da Adesão à Ata de Registro de Preços.
- 11.7** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.
- 11.7.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.
- 11.7.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo)**, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado, **07 de maio de 2026**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
- 11.7.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período acima enunciado.
- 11.7.2.2** O reajuste requerido após o prazo estipulado será concedido apenas a partir da data do protocolo do pedido, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores retroativos ao período anterior à solicitação.

11.8 Do aproveitamento do Registro de Preços

- 11.8.1** Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.9 Do Remanejamento de Quantidades entre Órgãos Participantes

- 11.9.1** As quantidades previstas para itens com preços registrados em atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora exclusivamente entre os órgãos e entidades participantes, incluindo-se o próprio gerenciador para as quantidades que houver estimado. O referido remanejamento dependerá de autorização formal do órgão gerenciador e de prévia anuência da autoridade competente do órgão que tiver seu quantitativo reduzido. Contudo, em caso de alteração do município de fornecimento do bem ou prestação do serviço, caberá ao fornecedor detentor da ata a opção de aceitar ou não a demanda remanejada, sendo expressamente vedado o uso desta regra para obras e serviços de engenharia, observado o disposto no art. 307A do Decreto n.º 10.086, de 2022.

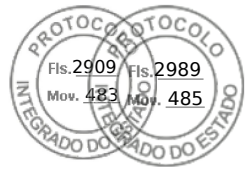
12 CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO:

- 12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
- 12.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.
- 12.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.
- 12.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
- 12.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 12.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 12.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.
- 12.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

- 12.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 13.1** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
- 13.2** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

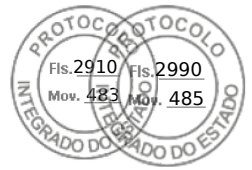
Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
 - b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
 - c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 13.3** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 13.4** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.
- 13.4.1** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
- 13.5** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
- 13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022 e na Lei n.º 20.656, de 2021.
- 13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
- 13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

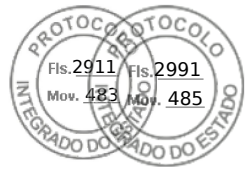
14 DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 14.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 14.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 14.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.3.1** Poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **1 (um) dia útil** para:
- 14.3.1.1** A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 14.3.1.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 14.3.1.3** Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 14.3.1.4** Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 14.4** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 14.5** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.6** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
- 14.7** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.
- 14.8** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 14.9** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico ou correio eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 14.10** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
- 14.11** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 14.12** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 18 de maio de 2026.

Eloisa Márcia Xavier da Silva
Equipe de Apoio
SEAP/DECON/DL

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 1 de 28)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de kit de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) para atender a demanda desta Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e demais órgãos participantes deste SRP, conforme especificações da planilha abaixo:

GMS 4205.104778 - Kit, TIPO: APH, COMPOSIÇÃO: 1 bolsa APH, 1 aparelho digital pressão pulso, 1 oxímetro digital de dedo, 1 termômetro clínico digital, 1 colar cervical, 5 cobertores térmicos, 1 tesoura, 1 pacote com 10 talas imobilizadoras, 5 pacotes com 10 compressas de gaze, 5 ataduras de crepom, 3 bandagens triangulares, 5 esparadrapos, 1 caixa com 50 pares de luvas descartáveis, 1 caixa com 40 curativos, 1 álcool 70%, 1 soro fisiológico, 1 antisséptico tópico, ESPECIFICAÇÃO: BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE APH: Confeccionada em material sintético resistente e impermeável, tais como Poliéster 900D ou Nylon 600D com revestimento interno em PVC impermeável (vedado o uso de material sintético com visual de couro e aspecto quebradiço), com resistência à abrasão e rasgos; de fácil higienização; resistente a produtos de limpeza e desinfecção; dimensões: 60 a 65cm de comprimento, 30cm de largura, 30 cm de altura; alça removível e regulável para transporte no ombro, na cor preta, fixada por meio de mosquetão/gancho ou similar, em ferragens metálicas de alta resistência com tratamento anticorrosivo na cor preta, que permita prender e soltar a alça com segurança e facilidade; alça manual fixa, reforçada, na cor preta; parte superior da bolsa abertura principal em formato perimetral, iniciando em uma lateral da bolsa contornando a parte superior finalizando na lateral oposta, permitindo ampla abertura; com zíper 10 mm (n.º 10) de duplo cursor possibilitando abertura total; compartimento da parte interna da abertura superior em bolso de tela com fechamento em zíper; compartimento interno principal da bolsa com 4 ou 5 divisórias, que podem ser removidas e recolocadas por meio de sistema de fixação por fitas de contato (velcro) ou botões de pressão; parte frontal: com bolso frontal de 50 a 60cm de comprimento de 20 a 30cm de altura e 8 a 10cm de profundidade, com zíper 10 mm (n.º 10) de duplo cursor possibilitando abertura total; partes laterais: 1 (um) bolso em cada lateral, com 20 a 30cm de altura e comprimento e 8 a 10cm profundidade, ambos com abertura em zíper 10 mm (n.º 10); zíperes externos (abertura principal, bolso frontal e bolsos laterais) com largura mínima de 10 mm (n.º 10); tipo tratorado, moldado em resina/acetato de alta resistência mecânica e durabilidade para uso intenso (ou tecnologia de resistência superior); cursor metálico reforçado (zamac ou similar); sistema de trava automática; abertura principal e bolso frontal com duplo cursor; puxadores resistentes, podendo ser em metal com prolongador em cadarço, borracha ou material sintético de alta resistência; zíperes internos com largura mínima de 8 mm (n.º 8); tipo nylon espiral (coil) de alta resistência ou tratorado leve; cursor com trava automática; todos os zíperes deverão ser resistentes à umidade e aos produtos de higienização; fundo confeccionado em PVC emborrachado antiderrapante ou borracha sintética impermeável, de alta resistência, a fim de evitar desgaste ao apoiar a bolsa no chão e garantir maior durabilidade; faixa refletiva, com largura de 5 cm, aplicada ao redor de toda a bolsa, APARELHO DIGITAL DE MEDIR PRESSÃO: Equipamento digital automático para medição de pressão arterial no punho, compressão e descompressão automáticas, display digital em LCD de fácil visualização, com indicação simultânea de: pressão arterial sistólica (mmHg) e pressão arterial diastólica (mmHg), frequência cardíaca (bpm), faixa mínima de medição: pressão arterial: 0mmHg a 300mmHg, frequência de pulso: 40bpm a 180 bpm (ou superior), indicador de erro de medição, desligamento automático após período de inatividade, braçadeira para punho ajustável, com circunferência mínima compatível de no mínimo 13cm a 21,5cm (ou superior, conforme padrão do fabricante), alimentação com bateria interna recarregável por cabo USB, registro na ANVISA, selo INMETRO, garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto, manual em português, caixa original, OXÍMETRO DIGITAL: Equipamento digital portátil para monitorar a saturação de oxigênio no sangue (SpO₂) (70% a 100%) no dedo, medição de pulso (30 a 250 bpm), display digital, alimentação com bateria interna recarregável por cabo USB, desligamento automático, registro na ANVISA, selo INMETRO, garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto, manual em português, caixa original, TERMÔMETRO DIGITAL: Equipamento para medição de temperatura corporal axilar e oral, visor de cristal, líquido de fácil visualização, faixa de leitura mínima de 32°C a 42°C com uma casa decimal, medição em graus Celsius com resolução de 0,1°C, permitir desinfecção com álcool a 70%, indicador de bateria fraca no visor, ser vedado evitando que água penetre nos compartimentos internos, alarme sonoro (beep) indicando o final da medição, pilha(s) do tipo botão inclusa(s), registro na ANVISA, selo INMETRO, garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto, manual em português, COLAR CERVICAL: Regulável, com 16 ajustes de tamanho, com apoio de mento (queixo) dobrável, abertura frontal, abertura posterior, dimensões aproximadas sendo: 56cm de largura, 18cm de altura e 1,5cm de comprimento, tamanho único, com travamento duplo para maior segurança, compatível com

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

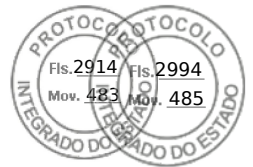
Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 2 de 28)

exames TAC e RM, regulável, confeccionado em polietileno injetado de alta densidade, rígido, ajustes bilaterais permitindo imobilizações em inúmeras posições, EVA e velcro, COBERTOR TÉRMICO: Aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de 20 a 25 micros, tamanho: 2,10m x 1,40m, TESOURA: Modelo lister, material aço inoxidável, tamanho 20cm, TALA IMOBILIZADORA: Produzida em papelão, moldável, com marcação para dobras, possuindo 50cm de comprimento e 20cm de largura, COMPRESSA DE GAZE: Com 8 camadas e 5 dobras completas, textura uniforme, acabamento lateral que evite desfiamento, trama fechada, cor branca, isenta de impurezas, dimensão sendo 7,5cm x 7,5cm (medida fechada) e 15cm x 30cm (medida aberta), peso mínimo de 1g/compressa, embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização, produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde, detentor do registro deve possuir AFE e licença sanitária regulares, ATADURA: Tipo de crepom, confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com elasticidade no sentido longitudinal, tamanho: 20cm x 1,8m, apresentação em rolo, não estéril, registro no ministério da saúde e ANVISA, BANDAGEM TRIANGULAR PARA RESGATE: Confeccionada em tecido cru 100% algodão, lavável, com 200cm de profundidade, 140cm de altura e 140cm de largura, tamanho G, ESPARADRAPO: Impermeável, enrolado em carretel plástico, com aba, protegido por capa, composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, largura de 10cm e comprimento de 4,5m, cor branco, LUVA DESCARTÁVEL: Não cirúrgica, material látex de borracha, polimerizada, punho com acabamento enrolado facilitando a colocação e retirada, descartável, ambidestra, não estéril, cor natural, com registro na ANVISA, certificado de conformidade do INMETRO, certificado de aprovação no MTE, tamanho G, caixa com 50 pares de luvas, CURATIVO: Tipo adesivo, para proteção de ferimentos contra germes, sujeira e atrito, largura de 1,9cm e comprimento de 7,6cm, fabricado em polietileno com adesivo acrílico, composição camada superior: filme termoplástico de polietileno com adesivo acrílico, camada intermediária: almofada absorvente central de fibras sintéticas de viscose e polietileno e camada inferior de três componentes: adesivo acrílico na parte superior, filme termoplástico de polietileno perfurado, embalagem tipo caixa de papel cartão contendo 40 unidades de curativos e acondicionados individualmente em papel grau cirúrgico, ÁLCOOL 70%: Princípio ativo sendo álcool etílico 70º INPM, líquido límpido, incolor e transparente, odor característico de álcool, pH entre 4,0 a 8,0, totalmente solúvel em água, em frasco de 1 litro, SORO FISIOLÓGICO: Solução de cloreto de sódio a 0,9%, estéril, destinada exclusivamente ao uso tópico para limpeza e irrigação de ferimentos, não injetável, acondicionada em frasco plástico de 100 ml, produto pronto para uso, embalagem individual, íntegra e lacrada, data de fabricação e validade, registro ou notificação regular na ANVISA, conforme classificação sanitária vigente, ANTISSEPTICO TÓPICO: Solução antisséptica aquosa incolor, à base de clorexidina na concentração de 0,2%, indicada para antisepsia da pele e higienização de áreas externas, produto pronto para uso, de uso tópico, acondicionado em frasco plástico resistente, preferencialmente com bico aplicador (spray ou gotejador), com tampa, data de fabricação, validade e lote, obrigatoriedade de registro ou notificação na ANVISA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Personalização de acordo com órgão/entidade solicitante, UNID. DE MEDIDA: Unitário.

Lote Único	Qtde kits	Composição	Qtde.	Valor máximo unitário	Valor da composição	Valor da composição X Qtde de kits
1	9.771	Bolsa APH	1	229,80	229,80	2.245.375,80
2		Aparelho digital pressão pulso	1	133,33	133,33	1.302.767,43
3		Oxímetro digital de dedo	1	122,00	122,00	1.192.062,00
4		Termômetro clínico digital	1	14,90	14,90	145.587,90
5		Colar cervical	1	84,00	84,00	820.764,00
6		Cobertor térmico	5	9,59	47,95	468.519,45
7		Tesoura	1	39,77	39,77	388.592,67
8		Talas imobilizadoras – pacote com 10	1	35,85	35,85	350.290,35
9		Compressas de gaze – pacote com 10	5	2,11	10,55	103.084,05
10		Ataduras de crepom	5	2,11	10,55	103.084,05
11		Bandagem triangular	3	19,05	57,15	558.412,65
12		Esparadrapo	5	13,76	68,80	672.244,80
13		Luvas descartáveis de látex – caixa com 50 pares	1	38,78	38,78	378.919,38

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 3 de 28)

14	Curativo adesivo – caixa com 40	1	13,67	13,67	133.569,57
15	Alcool 70 % - frasco de 1 litro	1	7,46	7,46	72.891,66
16	Soro fisiológico – frasco de 100 ml	1	4,34	4,34	42.406,14
17	Antisséptico tópico – frasco de 100 ml	1	10,50	10,50	102.595,50
ÓRGÃO (QUANTIDADE PREVISTA): CBMPR (500) CEDEC (2.200) DPC (4.000) PCP-SESP (25) PMPR-BPRV (473) SEED (2.516) SUBPR-6CRPM (50) UEM (2) UNIOESTE CASC (5)			Soma dos valores máximos unitários	Soma dos valores da composição	Valor máximo Global do Lote
			R\$ 780,40	R\$ 929,40	R\$ 9.081.167,40

1.1.1 No valor da proposta deverão estar obrigatoriamente incluídos todos os custos diretos e indiretos dos produtos e serviços descritos neste termo, inclusive, embalagens, processo de envase do produto, frete, seguro, impostos, taxas, **carregamento, descarregamento** e outras despesas que incidam ou venham a incidir no fornecimento e entrega do material.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 1- Bolsa para acondicionamento de equipamentos de APH: Confeccionada em material sintético resistente e impermeável, tais como Poliéster 900D ou Nylon 600D com revestimento interno em PVC impermeável (vedado o uso de material sintético com visual de couro e aspecto quebradiço), com resistência à abrasão e rasgos; de fácil higienização; resistente a produtos de limpeza e desinfecção; dimensões: 60 a 65cm de comprimento, 30cm de largura, 30 cm de altura; alça removível e regulável para transporte no ombro, na cor preta, fixada por meio de mosquetão/gancho ou similar, em ferragens metálicas de alta resistência com tratamento anticorrosivo na cor preta, que permita prender e soltar a alça com segurança e facilidade; alça manual fixa, reforçada, na cor preta; parte superior da bolsa abertura principal em formato perimetral, iniciando em uma lateral da bolsa contornando a parte superior finalizando na lateral oposta, permitindo ampla abertura; com zíper 10 mm (n.º 10) de duplo cursor possibilitando abertura total; compartimento da parte interna da abertura superior em bolso de tela com fechamento em zíper; compartimento interno principal da bolsa com 4 ou 5 divisórias, que podem ser removidas e recolocadas por meio de sistema de fixação por fitas de contato (velcro) ou botões de pressão; parte frontal: com bolso frontal de 50 a



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 4 de 28)

60cm de comprimento de 20 a 30cm de altura e 8 a 10cm de profundidade, com zíper 10 mm (n.º 10) de duplo cursor possibilitando abertura total; partes laterais: 1 (um) bolso em cada lateral, com 20 a 30cm de altura e comprimento e 8 a 10cm profundidade, ambos com abertura em zíper 10 mm (n.º 10); zíperes externos (abertura principal, bolso frontal e bolsos laterais) com largura mínima de 10 mm (n.º 10); tipo tratorado, moldado em resina/acetato de alta resistência mecânica e durabilidade para uso intenso (ou tecnologia de resistência superior); cursor metálico reforçado (zamac ou similar); sistema de trava automática; abertura principal e bolso frontal com duplo cursor; puxadores resistentes, podendo ser em metal com prolongador em cadarço, borracha ou material sintético de alta resistência; zíperes internos com largura mínima de 8 mm (n.º 8); tipo nylon espiral (coil) de alta resistência ou tratorado leve; cursor com trava automática; todos os zíperes deverão ser resistentes à umidade e aos produtos de higienização; fundo confeccionado em PVC emborrachado antiderrapante ou borracha sintética impermeável, de alta resistência, a fim de evitar desgaste ao apoiar a bolsa no chão e garantir maior durabilidade; faixa refletiva, com largura de 5 cm, aplicada ao redor de toda a bolsa.

1.2.2 1- Aparelho digital de medir pressão: Equipamento digital automático para medição de pressão arterial no punho; compressão e descompressão automáticas; display digital em LCD de fácil visualização, com indicação simultânea de: pressão arterial sistólica (mmHg) e pressão arterial diastólica (mmHg), frequência cardíaca (bpm); faixa mínima de medição: pressão arterial: 0 a 300 mmHg; frequência de pulso: 40 a 180 bpm (ou superior); indicador de erro de medição; desligamento automático após período de inatividade; braçadeira para punho ajustável, com circunferência mínima compatível de no mínimo 13cm a 21,5cm (ou superior, conforme padrão do fabricante); alimentação com bateria interna recarregável por cabo USB; registro na ANVISA; selo INMETRO; garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto; manual em português; caixa original:

1.2.3 1- Oxímetro digital: Equipamento digital portátil para monitorar a saturação de oxigênio no sangue (SpO₂) (70% a 100%) no dedo; medição de pulso (30 a 250 bpm); display digital; alimentação com bateria interna recarregável por cabo USB; desligamento automático; registro na ANVISA; selo INMETRO; garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto; manual em português; caixa original.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 5 de 28)

1.2.4 1- Termômetro digital: Equipamento para medição de temperatura corporal axilar e oral; visor de cristal; líquido de fácil visualização; faixa de leitura mínima de 32 a 42°C com uma casa decimal; medição em graus Celsius com resolução de 0,1°C; permitir desinfecção com álcool a 70%; indicador de bateria fraca no visor; ser vedado evitando que água penetre nos compartimentos internos; alarme sonoro (beep) indicando o final da medição; pilha(s) do tipo botão inclusa(s); registro na ANVISA; selo INMETRO; garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto; manual em português.

1.2.5 1- Colar cervical: Regulável; com 16 ajustes de tamanho; com apoio de mento (queixo) dobrável; abertura frontal; abertura posterior; dimensões aproximadas (LxAxC): 56 x 18 x 1,5cm; tamanho único, com travamento duplo para maior segurança, compatível com exames TAC e RM, regulável, confeccionado em polietileno injetado de alta densidade, rígido, ajustes bilaterais permitindo imobilizações em inúmeras posições, EVA e velcro.

1.2.6 5- Cobertor térmico: Aluminizado; confeccionado em manta de poliéster metalizado de 20 a 25 micros, tamanho: 2,10m x 1,40m.

1.2.7 1- Tesoura: Modelo lister; material aço inoxidável; tamanho 20cm.

1.2.8 1- Pacote com 10 talas imobilizadora: Produzida em papelão; moldável; com marcação para dobras; 50 cm (comprimento) x 20 cm (largura).

1.2.9 5- Pacote com 10 compressas de gaze: Com 8 camadas e 5 dobras completas; textura uniforme; acabamento lateral que evite desfiamento; trama fechada; cor branca; isenta de impurezas; dimensões de 7,5 cm x 7,5 cm (medida fechada) e 15 cm x 30 cm (medida aberta); peso mínimo de 1g/compressa; embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto; contendo registro no MS; dados de identificação; procedência; fabricação; e quando aplicável, o método de esterilização; produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no ministério da saúde; detentor do registro deve possuir AFE e licença sanitária regulares.

1.2.10 5- Atadura: Tipo de crepom; confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm²; com elasticidade no sentido longitudinal; tamanho: 20cm x 1,8m; apresentação em rolo; não estéril; registro no ministério da saúde e ANVISA. (unid).



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 6 de 28)

1.2.11 3- Bandagem triangular para resgate: Confeccionada em tecido cru 100% algodão; lavável; medidas: 200cm x 140cm x 140 cm; tamanho g, equivalente a (profundidade, largura e altura).

1.2.12 5- Espadrapo: Impermeável; enrolado em carretel plástico, com aba, protegido por capa; composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante; tamanho: 10cm x 4,5m; cor branco.

1.2.13 1- caixa com 50 pares de Luva descartável: Não cirúrgica; material látex de borracha; polimerizada; punho com acabamento enrolado facilitando a colocação e retirada; descartável; ambidestra; não estéril; cor natural; com registro na anvisa, certificado de conformidade do INMETRO; certificado de aprovação no MTE; tamanho g. (caixa c/50 pares de luvas);

1.2.14 1- caixa com 40 Curativos: Tipo adesivo; para proteção de ferimentos contra germes, sujeira e atrito; tamanho 1,9cm x 7,6cm; fabricado em polietileno com adesivo acrílico; composição camada superior: filme termoplástico de polietileno com adesivo acrílico, camada intermediária: almofada absorvente central de fibras sintéticas de viscose e polietileno e camada inferior de três componentes: adesivo acrílico na parte superior, filme termoplástico de polietileno perfurado; embalagem tipo caixa de papel cartão contendo 40 unidades de curativos e acondicionados individualmente em papel grau cirúrgico.

1.2.15 1- Frasco de 1 litro Álcool 70 %: Princípio ativo: álcool etílico 70º INPM; aspecto: líquido límpido; cor: incolor e transparente; odor: característico de álcool; ph: 4,0 a 8,0; solubilidade: totalmente solúvel em água; apresentação em frasco de 1 litro;

1.2.16 1- Frasco de 100ml Soro fisiológico: Solução de cloreto de sódio a 0,9%, estéril, destinada exclusivamente ao uso tópico para limpeza e irrigação de ferimentos, não injetável, acondicionada em frasco plástico de 100 ml; produto pronto para uso, embalagem individual, íntegra e lacrada; data de fabricação e validade; registro ou notificação regular na ANVISA, conforme classificação sanitária vigente.

1.2.17 1- Frasco de 100ml Antisséptico tópico: Solução antisséptica aquosa incolor, à base de clorexidina na concentração de 0,2%, indicada para antisepsia da pele e higienização de áreas externas; produto pronto para uso, de uso tópico; acondicionado em frasco plástico



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 7 de 28)

resistente, preferencialmente com bico aplicador (spray ou gotejador); com tampa; data de fabricação, validade e lote; obrigatoriedade de registro ou notificação na ANVISA;

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Personalização de acordo com órgão/entidade solicitante.

1.2.18 PERSONALIZAÇÃO PARA CEDEC, da logomarca e quantitativo de kits personalizados.

1.2.18.1 Bolsa para acondicionamento de equipamentos de APH: Confeccionada na cor laranja. Faixa refletiva na cor cinza. Personalização: aplicação da logomarca oficial do Programa Brigadas Escolares, bordada na parte superior da bolsa, em tamanho proporcional à área do produto e em conformidade com a arte oficial fornecida pelo contratante; colorido nas cores azul marinho, laranja, branco e verde, contendo na parte inferior o dístico "BRIGADAS ESCOLARES", sendo a palavra BRIGADAS na fonte ARIAL na cor azul marinho, e ESCOLARES na fonte ARIAL BLACK na cor laranja; dimensões aproximadas de 10cm (vertical) por 20cm (horizontal), desde que mantida a fidelidade à identidade visual oficial.



Logotipo oficial do Programa Brigadas Escolares.



Imagens da bolsa meramente ilustrativa.

O quantitativo específico para a CEDEC será de 2.200 kits.

1.2.19 PERSONALIZAÇÕES PARA OS DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES: as personalizações referentes a cor da bolsa, cor das faixas refletivas e cor do tatame, serão de acordo com solicitação do órgão.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 8 de 28)

1.2.19.1 Os demais órgãos participantes que solicitaram suas logomarcas, consta no Anexo I-A ao Termo de Referência, sendo: CBMPR; DPC; PMPR-BPRV e SEED.

1.2.19.2 Órgãos que não solicitaram logomarcas: PCP-SESP; SUBPR-6CRPM; UEM e UNIOESTE.

1.2.20 Os Kits de APH devem ser entregues, acondicionadas com quantidades iguais e distribuídas de forma proporcional e igual.

1.2.20.1 Os vencedores do certame do lote, devem encaminhar juntamente com os documentos de habilitação, podendo ser em arquivo virtual, o Catálogo Técnico do Fabricante do Produto a ser fornecido, para fins de comprovação das especificações técnicas do edital, o qual será submetido à aprovação do órgão licitante.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

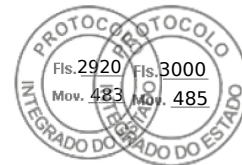
1.3.1 Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná, deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas por profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 As contratadas do Lote deverão ter disponibilidade e capacidade de entregar o produto nos quantitativos estabelecidos nos lotes constantes no item 1.1, [no seguinte endereço para a CEDEC.](#)

Lote	Regionais	Endereços para entrega	Telefone para Contato	E-mail para contato
Lote 1	CLE/CEDEC	R. Vidal Natividade da Silva,600 - Cajuru, Curitiba - PR, CEP 82900-110	(41) 3281-2510	centrologistico@defesacivil.pr.gov.br

1.4.1.1 As entregas para os demais órgãos participantes deste certame, deverão ocorrer nos endereços informados no Anexo VI deste edital de licitação.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 9 de 28)

1.4.2 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação oficial da CEDEC ou do órgão participante, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado (com a personalização específica da CEDEC para o Item 1 – Bolsa, conforme Item 1.2.18 do Termo de Referência), a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local: Centro Logístico da Defesa Civil - (CLE) - Barracão da Defesa Civil Estadual

Logradouro: Rua Vidal Natividade da Silva, 600, bairro Cajuru

CEP: 82900-110, Cidade: Curitiba/PR

A/C: Senhor Major Baron ou 3º Sargento Lorival

Órgão/Entidade avaliador: Centro Logístico da Defesa Civil - CEDEC

Fone: (41) 3281-2510

E-mail: centrologistico@defesacivil.pr.gov.br

Horário: das 8h30min., às 12h e das 14h às 17h30min., de segunda a sexta feira, com exceções de feriados e finais de semana

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 10 de 28)

desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 11 de 28)

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC aprovado pelo Decreto Estadual nº 9.557, de 06 de dezembro de 2013, tem sua finalidade assim definida:

“Art. 1º - O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC tem por finalidade a coordenação das medidas de natureza permanente, destinadas a prevenir, **minimizar e realizar a preparação para eventos desastrosos e ainda, realizar a resposta a esses eventos, socorrendo, assistindo a população, reabilitando e recuperando as áreas afetadas.**” (sem grifo no original).”

2.2. Na mesma norma, a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDEC está instituída como órgão central normativo, conforme destaca o artigo 6º do Decreto nº 9.557/2013:

“Art. 6º A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC, subordinada diretamente ao Governador do Estado, **é o órgão central normativo, de planejamento, coordenação, controle e de orientação, em âmbito estadual, de todas as medidas preventivas, mitigatórias, de preparação, de resposta e recuperação relacionadas à proteção e defesa civil,** constituindo-se no instrumento de coordenação dos esforços de todos os órgãos estaduais com os demais órgãos públicos ou privados e com a sociedade em geral, para o planejamento e execução das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação referente a eventos desastrosos. (sem grifo no original).”

2.3. No mesmo artigo do decreto em questão, está descrita a seguinte competência para a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, entre outras:

“§ 4º **À Coordenadoria Estadual da Defesa Civil compete atuar** na gestão de risco de desastres, **na gestão de desastres** e com os órgãos de coordenação nos níveis regional (CORPDEC), municipais e núcleos comunitários de proteção e defesa civil, Rede Estadual de Emergência de Radioamadores e corpo técnico intersecretarial. (sem grifo no original).”



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 12 de 28)

2.4. O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola é um programa de Estado, da área de segurança escolar, implantado nas escolas das redes públicas estadual e municipal. Tem como objetivo assegurar a integridade física da comunidade escolar, por meio da construção de uma cultura de prevenção e preparação a partir do ambiente escolar, proporcionando as condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas. Em 2015, tornou-se política de Estado, e foi instituído pela sanção da Lei Estadual n. 18.424, de 08 de janeiro de 2015, regulamentada pelo Decreto n. 4.587, de 13 de julho de 2016.

2.5. O Programa é referência nacional no setor de segurança escolar, em 2021, foi reconhecido pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – Ministério do Desenvolvimento Regional, como exemplo de boas práticas no eixo temático Defesa Civil Na Escola, imprimindo assim uma grande marca para o estado do Paraná em benefício às comunidades escolares. Entre as diversas ações do Programa, merece destaque àquela quanto à capacitação de servidores para atuarem como brigadistas escolares. Esta capacitação tem como objetivo proporcionar treinamento específico aos servidores das escolas para que atuem no auxílio à comunidade escolar em situações emergenciais, e reforçando o compromisso com a promoção da cultura de prevenção e preparação, constituindo uma rede de apoio pronta para agir em qualquer emergência.

2.6. A padronização dos materiais utilizados nas capacitações é fundamental para assegurar que todos os profissionais da educação, independentemente do local em que atuam, recebam o mesmo nível de treinamento e tenham acesso aos mesmos recursos. Isso garante a uniformidade na aplicação dos conhecimentos e habilidades adquiridos, fortalecendo a cultura de prevenção e segurança escolar em todo o estado.

2.7. Ao investir na aquisição de itens de capacitação padronizados e de alta qualidade, a administração pública demonstra seu compromisso em promover a segurança nas escolas paranaenses. Essa iniciativa contribui para a formação de profissionais da educação mais preparados e confiantes, capazes de proteger a comunidade escolar em situações de emergência e promover um ambiente escolar mais seguro para todos.

2.8. Outra ação importante desenvolvida pelo Programa Brigadas Escolares é a segurança e o bem-estar da comunidade escolar com o atendimento a acidentes e emergências nas



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 13 de 28)

escolas, pois exige uma resposta rápida e eficaz, visando minimizar danos e garantir a saúde de todos.

2.9. O atendimento imediato em casos de acidentes como cortes, queimaduras, fraturas ou outros traumas com os materiais de primeiros socorros pode prevenir o agravamento da situação e salvar vidas. A disponibilidade de materiais de primeiros socorros adequados e acessíveis é essencial para essa finalidade, transmitindo segurança e tranquilidade para todos, e demonstra o compromisso do governo do Estado com a saúde e a segurança das comunidades escolares.

2.10. A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil no âmbito das ações do Programa Brigadas Escolares, desempenha um papel essencial de prevenção e preparação a emergências nas escolas, portanto, as aquisições têm como objetivo ampliar ainda mais as capacidades de defesa civil no estado do Paraná, visando fortalecer suas ações e melhorar a resposta às emergências, com foco na proteção de todos os paranaenses.

2.11. Demais órgãos participantes

2.11.1. Visando atender a demais órgãos e Entidades do Estado do Paraná, foi aberta a IRP 341/2025 (mov. 30/32), e a quantidade inicialmente informada pelo órgão demandante sofreu acréscimo. Foram juntadas as justificativas elaborados pelos órgãos participantes, aceite ao ETP e ao Gerenciamento de Risco elaborados pelo demandante do processo, anexadas via Sistema GMS e estão devidamente juntadas ao protocolado.

2.11.2. A quantidade estimada se deu com base na Intenção de Registro de Preços aprovada pelos ordenadores de despesas de cada órgão / entidades participantes deste registro de preços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A preferência por aquisição via Sistema de Registro de Preços – SRP visa a facilidade na contratação destes itens, uma vez que os itens são adquiridos conforme demanda futura e eventual. Levando em conta que a necessidade de contratação desses objetos seja frequente, faz-se necessária a contratação via Sistema Registro de Preço para aquisição futura e eventual.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 14 de 28)

3.2. A solução visa ao fornecimento de insumos necessários para o atendimento pré-hospitalar de emergência destinados à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – CEDEC, compreendendo o fornecimento integral dos bens, garantia, suporte técnico e condições adequadas de manutenção, conforme a necessidade, observando-se todo o ciclo de vida do objeto.

3.3. Os itens a serem adquiridos deverão possuir especificações técnicas compatíveis com as necessidades da CEDEC, conforme descritivos técnicos.

3.4. Os equipamentos deverão atender às normas regulamentadoras aplicáveis, como Registro na Anvisa, Selos do INMETRO, ou normas técnicas equivalentes, observando-se requisitos mínimos de qualidade, resistência, segurança e desempenho, nos termos do art. 388, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3.5. Integram a solução os equipamentos acessórios necessários ao Atendimento Pré-Hospitalar, os quais deverão apresentar compatibilidade técnica, garantindo uniformidade e eficiência no fim a que se destina o objeto.

3.6. A solução contempla o ciclo de vida do objeto, abrangendo:

- I – Fornecimento dos equipamentos novos e em perfeitas condições de uso;
- II – Entrega técnica, manuais e certificados de garantia (caso forem exigido nos itens) e demais documentos necessários à regular utilização;
- III – Garantia mínima contratual, com cobertura contra defeitos de fabricação e funcionamento, pelo prazo a ser definido neste Termo de Referência.

3.7. A descrição da solução foi elaborada com base nas conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a viabilidade técnica e econômica da contratação, considerando a necessidade de atendimento a CEDEC, a durabilidade esperada dos equipamentos, os custos ao longo do tempo e a eficiência decorrente da padronização dos bens.

3.8. As especificações previstas neste Termo de Referência são necessárias e suficientes para assegurar a qualidade da contratação e o atendimento ao interesse público, não contemplando exigências restritivas, impertinentes ou desproporcionais que possam comprometer o caráter competitivo do certame.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 15 de 28)

3.9. A personalização deverá ser realizada de acordo com órgão/entidade solicitante.

3.10. Os produtos deverão ser entregues embalados e distribuídos proporcionalmente.

4. DA PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Todos os meios utilizados para a pesquisa do valor unitário do item, encontram-se documentadas na sequência deste documento.

4.2. Os preços unitários encontrados em todas as fontes de pesquisas estão apresentados no Mapa de Formação de Preço.

4.3. Formação de Preço anexado no e-protocolo nº 23.662.076-0.

4.4. O valor máximo da licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de Kits de Atendimento Pré-Hospitalar para atender a demanda da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil terá o valor máximo total de **R\$ 9.081.167,40 (nove milhões, oitenta e um mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**.

4.5. Para a formação dos preços máximos foi realizada pesquisa de preços junto a empresas especializadas no ramo de equipamentos de atendimento pré-hospitalar em conformidade com o disposto no art. 368 e 369 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. O objeto da presente contratação será em lote único para fins de disputa e Adjudicação, pois são itens codependentes, não sendo possível a utilização dos mesmos individualmente. Ademais, não possuímos pessoal disponível para montagem dos Kits, caso fossem adquiridos os produtos individualmente. Cabe ainda a observação da importância da uniformização dos Kits, onde todos devem possuir a mesma qualidade e desempenho. A aquisição de kits em vez de itens individuais apresenta diversas vantagens, como economia de escala, simplificação do processo de compra, facilidade de gestão e controle, e garantia de compatibilidade dos itens. Esse modelo torna o processo de aquisição mais ágil, seguro e economicamente vantajoso para a Administração Pública, atendendo melhor às suas necessidades com menor risco e maior eficiência.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 16 de 28)

6. DA SUSTENTABILIDADE

6.1. Na aquisição dos Kits de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), deverão ser observados princípios de sustentabilidade, conforme art. 25, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Sempre que possível, os produtos deverão:

- a) utilizar materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis;
- b) ser acondicionados em embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- c) estar livres de substâncias tóxicas proibidas;
- d) atender normas de segurança e qualidade vigentes.

6.3. A contratada deverá orientar sobre o descarte ambientalmente adequado de insumos vencidos e demais resíduos.

6.4. Serão valorizadas práticas de responsabilidade social e condições de trabalho dignas.

6.5. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.6. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.7. Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 não se aplicam às licitações cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. Atualmente, esse limite corresponde a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, da LC nº 123/2006. Dessa



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 17 de 28)

forma, caso o valor estimado do contrato em disputa ultrapasse esse montante, não incidirão as vantagens legais destinadas às microempresas e empresas de pequeno porte.

7.2. A aquisição de apenas parte dos kits ou o fornecimento por fornecedores distintos comprometeria a padronização necessária ao uso dos materiais em situações de emergência, impactando negativamente a eficiência operacional e a segurança dos atendimentos. A reserva de cotas poderia acarretar aumento de complexidade na gestão do contrato, elevação de custos indiretos e dificuldades no controle da qualidade, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência. Dessa forma, a não destinação do percentual de 25% do lote às ME e EPP se justifica pela inviabilidade técnica e operacional da divisão do objeto, de modo a assegurar a padronização, a eficiência e a segurança necessárias.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

8.1. O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação oficial da CEDEC e demais órgãos/entidades participantes, nos endereços indicados no Anexo VI deste edital.

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 18 de 28)

9.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8. Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 19 de 28)

10.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz nos termos do art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 20 de 28)

10.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3. As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 21 de 28)

fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira CONTRATADA pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4. CEDEC: As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, CNPJ nº 34.126.087/0001-60, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Edifício Palácio das Araucárias, 1º andar, ala “C”, CEP 80.530.140, Centro Cívico, Curitiba-PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1. DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Para os demais órgãos participantes deste certame, as notas fiscais devem ser emitidas em nome do órgão contratante (pagador),



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 22 de 28)

informando o CNPJ e seu endereço, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II do edital.

12.3.1. Será exigido atestado de capacidade técnica com quantitativo de 10% emitida pelo licitante pela necessidade de assegurar a qualidade, segurança e conformidade dos materiais fornecidos, bem como pela redução de riscos e garantia de que apenas fornecedores com a experiência necessária participem do processo licitatório. Isso está em linha com os princípios de eficiência e transparência previstos na Lei 14.133/21.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 23 de 28)

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: **R\$ 9.081.167,40 (nove milhões, oitenta e um mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos).**

12.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.5. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7. Com objetivo da formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital e o disposto no § 4º, § 5º § 6º e § 7º do art. 298 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo:

12.7.1. O registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

12.7.2. O registro dos licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, na sequência da classificação do certame;

12.7.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata o item 12.7.1 antecederão aqueles de que trata o item 12.7.2.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 24 de 28)

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o subitem 13.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Não será exigida a Garantia de Execução de Contrato, pois se trata de aquisição em que o pagamento só será realizado após a efetivação da entrega total ou parcial do objeto, não ocorrendo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

15.1.2. Por se tratarem de materiais de baixo valor econômico, com padrão usual de mercado (sem complexidade técnica) e sem riscos financeiros de execução, a exigência de garantia de execução de contrato não é necessária e a estipulação de garantia pode inviabilizar a contratação para este certame.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não se aplica garantia contratual ao objeto.

17. VIGÊNCIA

17.1. Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1. O prazo de vigência inicial da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 25 de 28)

ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

17.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

17.1.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

17.2. Da vigência do contrato

17.2.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, por entender-se um prazo razoável ao planejamento administrativo da Administração Pública. Esse período garante a continuidade da execução do objeto, assegura previsibilidade de despesas e permite reavaliação periódica das condições pactuadas.

17.2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

17.2.1.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pois o mesmo é considerado o índice oficial do governo, sendo utilizado pelo Banco Central como sistema de Metas de Inflação.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado em **07 de maio de 2026**.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 26 de 28)

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período citado no item 18.1.1.

18.2.2. O reajuste requerido após o prazo estipulado será concedido apenas a partir da data do protocolo do pedido, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores retroativos ao período anterior à solicitação.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

19.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado, **07 de maio de 2026**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

19.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período acima enunciado.

19.1.2.2. O reajuste requerido após o prazo estipulado será concedido apenas a partir da data do protocolo do pedido, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores retroativos ao período anterior à solicitação.

19.2. Do Aproveitamento do Registro de Preços



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 27 de 28)

19.2.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022

19.3. Do Remanejamento de Quantidade entre Órgãos Participantes

19.3.1. As quantidades previstas para itens com preços registrados em atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora exclusivamente entre os órgãos e entidades participantes, incluindo-se o próprio gerenciador para as quantidades que houver estimado. O referido remanejamento dependerá de autorização formal do órgão gerenciador e de prévia anuência da autoridade competente do órgão que tiver seu quantitativo reduzido. Contudo, em caso de alteração do município de fornecimento do bem ou prestação do serviço, caberá ao fornecedor detentor da ata a opção de aceitar ou não a demanda remanejada, sendo expressamente vedado o uso desta regra para obras e serviços de engenharia, observado o disposto no art. 307A do Decreto n.º 10.086, de 2022.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

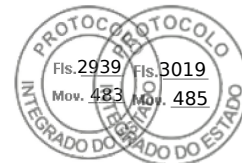
20.1. Não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública face à expressa disposição legal.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL Nº 10.086/2022

22.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP
Diretoria de Operacionalização para Contratações - DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – TERMO DE REFERÊNCIA (página 28 de 28)

orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22.2. Esse documento foi elaborado com base no termo de referência do órgão solicitante CEDEC, sendo que apenas foram consolidadas as informações referentes às quantidades, valores e locais de entrega, haja vista a participação de outros órgãos/entidades após a pesquisa de interesse realizada pelo DECON. Assim, permanece a responsabilidade do órgão demandante sobre as cláusulas contidas no termo de referência.

Curitiba, 14 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Vitor Elias

Agente Profissional - Administrador
DP/DECON/SEAP

(Assinado eletronicamente)

Marcia Cucatto

Chefe de Divisão - DP/DECON/SEAP



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **01 (um) dia útil**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL:

De fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens **1.4, 1.5 e 1.6**.

Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
- Certidões de regularidade com a Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e
- Certidões de regularidade com a Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;
- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

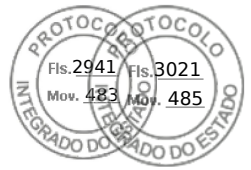
1.4.1.2 Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 Os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 Os documentos mencionados no item 1.4.1.1 deverão estar na forma da lei.

1.4.1.5 Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 1.4.1.1 deverá ser considerado a data da convocação pelo(a) pregoeiro(a).

1.4.1.6 Para fins de exercício social, serão consideradas as seguintes datas de entrega:

- a) Para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, o prazo determinado pela Receita Federal;
- b) Para as empresas que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002;
- c) Demais casos conforme a legislação pertinente.

1.4.1.7 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.8 As empresas, cadastradas ou não no **Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP)**, deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0 no índice de Liquidez Geral (LG)**; superior ou igual a **1,0 no índice de Solvência Geral (SG)**; superior ou igual a **1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC)**.

1.4.1.9 As empresas **DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS**, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

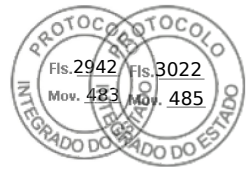
1.4.1.9.1 Para fins de aferição dos índices mencionados no item 1.4.1.7 serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis.

1.4.1.9.2 Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao pregoeiro promover diligência para correção em atenção ao disposto no item 1.4.1.7.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Apresentar 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades o fornecimento em quantidade de no mínimo **10% (dez por cento)** em relação a quantidade de bens exigida para os itens **01, 02, 03, 05, 06, 07, 11, 12 e 13** do **lote único**.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V) e DECLARAÇÃO LGPD (Anexo IX).**

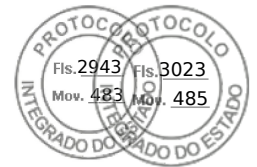
1.7 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.8 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO III – MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 439 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Forneecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **KIT DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)**, conforme especificações do Termo de Referência.

1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

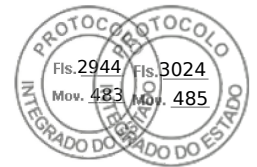
Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

GMS 4205.104778 - Kit, TIPO: APH, COMPOSIÇÃO: 1 bolsa APH, 1 aparelho digital pressão pulso, 1 oxímetro digital de dedo, 1 termômetro clínico digital, 1 colar cervical, 5 cobertores térmicos, 1 tesoura, 1 pacote com 10 talas imobilizadoras, 5 pacotes com 10 compressas de gaze, 5 ataduras de crepom, 3 bandagens triangulares, 5 esparadrapos, 1 caixa com 50 pares de luvas descartáveis, 1 caixa com 40 curativos, 1 álcool 70%, 1 soro fisiológico, 1 antisséptico tópico, ESPECIFICAÇÃO: BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE APH: Confeccionada em material sintético resistente e impermeável, tais como Poliéster 900D ou Nylon 600D com revestimento interno em PVC impermeável (vedado o uso de material sintético com visual de couro e aspecto quebradiço), com resistência à abrasão e rasgos; de fácil higienização; resistente a produtos de limpeza e desinfecção; dimensões: 60 a 65cm de comprimento, 30cm de largura, 30 cm de altura; alça removível e regulável para transporte no ombro, na cor preta, fixada por meio de mosquetão/gancho ou similar, em ferragens metálicas de alta resistência com tratamento anticorrosivo na cor preta, que permita prender e soltar a alça com segurança e facilidade; alça manual fixa, reforçada, na cor preta; parte superior da bolsa abertura principal em formato perimetral, iniciando em uma lateral da bolsa contornando a parte superior finalizando na lateral oposta, permitindo ampla abertura; com zíper 10 mm (n.º 10) de duplo cursor possibilitando abertura total; compartimento da parte interna da abertura superior em bolso de tela com fechamento em zíper; compartimento interno principal da bolsa com 4 ou 5 divisórias, que podem ser removidas e recolocadas por meio de sistema de fixação por fitas de contato (velcro) ou botões de pressão; parte frontal: com bolso frontal de 50 a 60cm de comprimento de 20 a 30cm de altura e 8 a 10cm de profundidade, com zíper 10 mm (n.º 10) de duplo cursor possibilitando abertura total; partes laterais: 1 (um) bolso em cada lateral, com 20 a 30cm de altura e comprimento e 8 a 10cm profundidade, ambos com abertura em zíper 10 mm (n.º 10); zíperes externos (abertura principal, bolso frontal e bolsos laterais) com largura mínima de 10 mm (n.º 10); tipo tratorado, moldado em resina/acetato de alta resistência mecânica e durabilidade para uso intenso (ou tecnologia de resistência superior); cursor metálico reforçado (zamac ou similar); sistema de trava automática; abertura principal e bolso frontal com duplo cursor; puxadores resistentes, podendo ser em metal com prolongador em cadarço, borracha ou material sintético de alta resistência; zíperes internos com largura mínima de 8 mm (nº 8); tipo nylon espiral (coil) de alta resistência ou tratorado leve; cursor com trava automática; todos os zíperes deverão ser resistentes à umidade e aos produtos de higienização; fundo confeccionado em PVC emborrachado antiderrapante ou borracha sintética impermeável, de alta resistência, a fim de evitar desgaste ao apoiar a bolsa no chão e garantir maior durabilidade; faixa refletiva, com largura de 5 cm, aplicada ao redor de toda a bolsa, APARELHO DIGITAL DE MEDIR PRESSÃO: Equipamento digital automático para medição de pressão arterial no punho, compressão e descompressão automáticas, display digital em LCD de fácil visualização, com indicação simultânea de: pressão arterial sistólica (mmHg) e pressão arterial diastólica (mmHg), frequência cardíaca (bpm), faixa mínima de medição: pressão arterial: 0mmHg a 300mmHg, frequência de pulso: 40bpm a 180 bpm (ou superior), indicador de erro de medição, desligamento automático após período de inatividade, braçadeira para punho ajustável, com circunferência mínima compatível de no mínimo 13cm a 21,5cm (ou superior, conforme padrão do fabricante), alimentação com bateria interna recarregável por

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

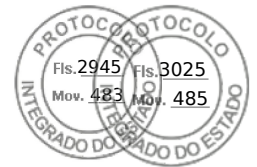
cabo USB, registro na ANVISA, selo INMETRO, garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto, manual em português, caixa original, OXÍMETRO DIGITAL: Equipamento digital portátil para monitorar a saturação de oxigênio no sangue (SpO₂) (70% a 100%) no dedo, medição de pulso (30 a 250 bpm), display digital, alimentação com bateria interna recarregável por cabo USB, desligamento automático, registro na ANVISA, selo INMETRO, garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto, manual em português, caixa original, TERMÔMETRO DIGITAL: Equipamento para medição de temperatura corporal axilar e oral, visor de cristal, líquido de fácil visualização, faixa de leitura mínima de 32°C a 42°C com uma casa decimal, medição em graus Celsius com resolução de 0,1°C, permitir desinfecção com álcool a 70%, indicador de bateria fraca no visor, ser vedado evitando que água penetre nos compartimentos internos, alarme sonoro (beep) indicando o final da medição, pilha(s) do tipo botão inclusa(s), registro na ANVISA, selo INMETRO, garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto, manual em português, COLAR CERVICAL: Regulável, com 16 ajustes de tamanho, com apoio de mento (queixo) dobrável, abertura frontal, abertura posterior, dimensões aproximadas sendo: 56cm de largura, 18cm de altura e 1,5cm de comprimento, tamanho único, com travamento duplo para maior segurança, compatível com exames TAC e RM, regulável, confeccionado em polietileno injetado de alta densidade, rígido, ajustes bilaterais permitindo imobilizações em inúmeras posições, EVA e velcro, COBERTOR TÉRMICO: Aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de 20 a 25 micros, tamanho: 2,10m x 1,40m, TESOURA: Modelo lister, material aço inoxidável, tamanho 20cm, TALA IMOBILIZADORA: Produzida em papelão, moldável, com marcação para dobras, possuindo 50cm de comprimento e 20cm de largura, COMPRESSA DE GAZE: Com 8 camadas e 5 dobras completas, textura uniforme, acabamento lateral que evite desfiamento, trama fechada, cor branca, isenta de impurezas, dimensão sendo 7,5cm x 7,5cm (medida fechada) e 15cm x 30cm (medida aberta), peso mínimo de 1g/compressa, embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização, produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde, detentor do registro deve possuir AFE e licença sanitária regulares, ATADURA: Tipo de crepom, confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com elasticidade no sentido longitudinal, tamanho: 20cm x 1,8m, apresentação em rolo, não estéril, registro no ministério da saúde e ANVISA, BANDAGEM TRIANGULAR PARA RESGATE: Confeccionada em tecido cru 100% algodão, lavável, com 200cm de profundidade, 140cm de altura e 140cm de largura, tamanho G, ESPARADRAPO: Impermeável, enrolado em carretel plástico, com aba, protegido por capa, composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, largura de 10cm e comprimento de 4,5m, cor branco, LUVA DESCARTÁVEL: Não cirúrgica, material látex de borracha, polimerizada, punho com acabamento enrolado facilitando a colocação e retirada, descartável, ambidestra, não estéril, cor natural, com registro na ANVISA, certificado de conformidade do INMETRO, certificado de aprovação no MTE, tamanho G, caixa com 50 pares de luvas, CURATIVO: Tipo adesivo, para proteção de ferimentos contra germes, sujeira e atrito, largura de 1,9cm e comprimento de 7,6cm, fabricado em polietileno com adesivo acrílico, composição camada superior: filme termoplástico de polietileno com adesivo acrílico, camada intermediária: almofada absorvente central de fibras sintéticas de viscosidade e polietileno e camada inferior de três componentes: adesivo acrílico na parte superior, filme termoplástico de polietileno perfurado, embalagem tipo caixa de papel cartão contendo 40 unidades de curativos e acondicionados individualmente em papel grau cirúrgico, ÁLCOOL 70%: Princípio ativo sendo álcool etílico 70° INPM, líquido límpido, incolor e transparente, odor característico de álcool, pH entre 4,0 a 8,0, totalmente solúvel em água, em frasco de 1 litro, SORO FISIOLÓGICO: Solução de cloreto de sódio a 0,9%, estéril, destinada exclusivamente ao uso tópico para limpeza e irrigação de ferimentos, não injetável, acondicionada em frasco plástico de 100 ml, produto pronto para uso, embalagem individual, íntegra e lacrada, data de fabricação e validade, registro ou notificação regular na ANVISA, conforme classificação sanitária vigente, ANTISSEPTICO TÓPICO: Solução antisséptica aquosa incolor, à base de clorexidina na concentração de 0,2%, indicada para antisepsia da pele e higienização de áreas externas, produto pronto para uso, de uso tópico, acondicionado em frasco plástico resistente, preferencialmente com bico aplicador (spray ou gotejador), com tampa, data de fabricação, validade e lote, obrigatoriedade de registro ou notificação na ANVISA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Personalização de acordo com órgão/entidade solicitante, UNID. DE MEDIDA: Unitário.

Lote Único	Qtde kits	Composição	Qtde.	Valor máximo unitário	Valor da composição	Valor da composição X Qtde de kits
1	9.771	Bolsa APH	1	XXX,XX	XXX,XX	X.XXX.XXX,XX
2		Aparelho digital pressão pulso	1	XXX,XX	XXX,XX	X.XXX.XXX,XX
3		Oxímetro digital de dedo	1	XXX,XX	XXX,XX	X.XXX.XXX,XX
4		Termômetro clínico digital	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
5		Colar cervical	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
6		Cobertor térmico	5	X,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
7		Tesoura	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
8		Talas imobilizadoras – pacote com 10	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
9		Compressas de gaze – pacote com 10	5	X,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
10		Ataduras de crepom	5	X,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

11	Bandagem triangular	3	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
12	Espadrapo	5	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
13	Luvas descartáveis de látex – caixa com 50 pares	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
14	Curativo adesivo – caixa com 40	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
15	Álcool 70 % - frasco de 1 litro	1	X,XX	X,XX	XX.XXX,XX
16	Soro fisiológico – frasco de 100 ml	1	X,XX	X,XX	XX.XXX,XX
17	Antisséptico tópico – frasco de 100 ml	1	XX,XX	XX,XX	XXX.XXX,XX
			Soma dos valores máximos unitários	Soma dos valores da composição	Valor máximo Global do Lote
			R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX	R\$ X.XXX.XXX,XX

2. A validade da proposta é de **90 (noventa) dias**.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.
 - 4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.
 - 4.2 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o **item 4** e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.
5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme **Anexo I** do Edital.
6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

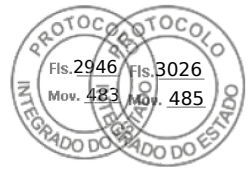
Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) **Pregão Eletrônico n.º 439/2025**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

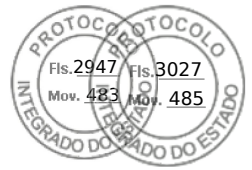
OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1 INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

- 1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 1.2** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2 NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4 DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

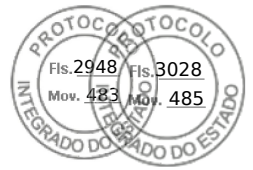
Local e data.

Nome do representante legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO VI - ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**

LOCAL DE ENTREGA SRP

Processo: 439/2025	Protocolo: 236620760	Modalidade: Pregão Eletrônico (Lei
--------------------	----------------------	------------------------------------

Os horários de atendimento e entrega dos objetos da licitação será de acordo com cada contrato ou ordem de compra/serviço. Dúvidas entre em contato com cada órgão nos telefones ou e-mail dos seus respectivos locais.

Órgão: CBMPR - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná

Locais para Entrega: CCB - COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS
Rua Nunes Machado, 130 - Centro - Curitiba/PR. CEP: 80.250-000. Telefone: 41 3351-2000

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: CEDEC - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Locais para Entrega: CEDEC - CENTRO LOGISTICO CAJURU
Rua Vidal Natividade da Silva, 600 - DOCA 10 A 12 - Cajuru - Curitiba/PR. CEP: 82.900-110. Contato: Major Baron - Sargentos: Biss e Lourival.
Email: centrologistico@defesacivil.pr.gov.br. Telefone: 3281-2510

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: CEDEC - CENTRO LOGISTICO ESTADUAL CURITIBA
Rua Vidal Natividade da Silva, 600 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - Cajuru - Curitiba/PR. CEP: 82.900-110. Contato: Major Baron - Sargentos: Biss e Lourival. Email: centrologistico@defesacivil.pr.gov.br. Telefone: 4132862510

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: DPC - Departamento de Polícia Civil - SESP

Locais para Entrega: DPC - Almoxarifado (Barão)
Rua Barão do Rio Branco, 399 - Centro - Curitiba/PR. CEP: 80.010-180. Contato: Marcelo Pansolin Cardoso. Email: die@pc.pr.gov.br. Telefone: 3321-8242

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: PCP-SESP - Polícia Científica do Paraná - SESP

Locais para Entrega: PCP - Policia Científica de Curitiba (Unidade Tarumã)
Rua Paulo Turkiewicz, 150 - Prédio Institucional - Tarumã - Curitiba/PR. CEP: 82.821-030. Contato: Luis Henrique Ferreira de Moraes. Email: luis.hfmoraes@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (41) 3361-7258

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Apucarana (IC)
Rua Marcel Cassandre, 190 - Vila Formosa - Apucarana/PR. CEP: 86.802-190. Contato: Luiz Rotta e/ou Aureo Francisco. Email: luiz.rotta@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (43) 3422-0161

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Campo Mourão (IC)
Rua Nelson Guimarães Monteiro, 501 - Jardim Paulista - Campo Mourão/PR. CEP: 87.310-490. Contato: Henrique Czap e/ou Roberto Lucas. Email: henrique.coelho@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (44) 3523-4872

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Cascavel (IC)
Rua Afonso Pena, 1320 - Centro - Cascavel/PR. CEP: 85.820-720. Contato: Lennon Biancato e/ou Juari Soares. Email: lennon.ruhnke@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (45) 3224-2285

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Curitiba (unidade Central)
Avenida Visconde de Guarapuava, 2652 - Bloco do Instituto de Criminalística - Centro - Curitiba/PR. CEP: 80.010-100. Contato: Jorge Aurélio Perito de Bem e/ou Daniel Preti. Email: iccwbgab@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (41) 3281-5582

Lotes para realizar a entrega:

segunda-feira, 18 de maio de 2026 14:23

Página 1 de 4

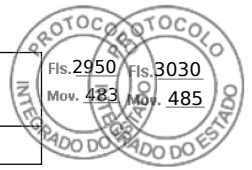
Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Foz do Iguaçu (IC)
Rua Rosa Cirilo de Castro, 1050 - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR. CEP: 85.863-735. Contato: Rafael Fréz e/ou Luis Soares. Email: rafael.frez@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (45) 3522-7279

Lotes para realizar a entrega:



Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Francisco Beltrão (IC)
Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, 345 - Centro - Francisco Beltrão/PR. CEP: 85.601-020. Contato: Patrick Alysson e/ou Leandro Paes. Email: patrick.silva@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (46) 3905-1150

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Guarapuava
Rua Engenheiro Antônio Rebouças, 1755 - Santa Cruz - Guarapuava/PR. CEP: 85.015-410. Contato: Marcos Bebici e/ou Guilherme Ribas. Email: bebici@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (42) 3623-2552

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Ivaiporã
Praça Emílio Menezes, S/N - Centro - Ivaiporã/PR. CEP: 86.870-000. Contato: Keila da Silva e/ou Aureo Francisco. Email: keilaback@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (43) 3472-2483

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Jacarezinho
Alvaro Brochado, 1634 - Nova Jacarezinho - Jacarezinho/PR. CEP: 86.400-000. Contato: Evandro Seabra e/ou Christian Patrizi. Email: evandro.seabra@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (43) 3525-2006

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Londrina (IC)
Rua Ohio, 144 - Los Angeles - Londrina/PR. CEP: 86.020-530. Contato: Luciano Bucharles e/ou Cristiane Ferreira. Email: luciano.bucharles@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (43) 3324-3337

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Maringá (IC)
Avenida Mandacaru, S/N - Vila Santa Izabel - Maringá/PR. CEP: 87.080-000. Contato: Maria Cecília e/ou Larissa Barros. Email: maria.begnossi@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (44) 3219-2100

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Matinhos
RUA DA FONTE, 250 - CENTRO - Matinhos/PR. CEP: 83.260-000. Contato: Vanessa Regina e/ou Thiago Congressi. Email: vanessa.cunha@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (41) 3423-2414

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Paranaguá
Rua Padre Albino, 30 - Campo Grande - Paranaguá/PR. CEP: 83.203-705. Contato: Vanessa Regina e/ou Thiago Congressi. Email: vanessa.cunha@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (41) 3423-2414

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Paranavaí
Rua Albino Silva, 470 - Jardim Canadá - Paranavaí/PR. CEP: 87.708-120. Contato: Evandro Lustre e/ou André Andrade. Email: evandro.lustre@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (44) 3422-7746

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Pato Branco (IC)
Rua Silvio Vidal, 355 - La Salle - Pato Branco/PR. CEP: 85.505-010. Contato: Patrick Alysson e/ou Irno Francisco. Email: patrick.silva@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (46) 3223-4521

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Ponta Grossa
Rua Édipo Ferreira dos Santos Ribas, 166 - Nova Rússia - Ponta Grossa/PR. CEP: 84.053-260. Contato: Edson Napoleão e/ou Augusto Pasqualini. Email: edson.napoleao@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (42) 3309-0200

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Telêmaco Borba
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 511 - Alto das Oliveiras - Telêmaco Borba/PR. CEP: 84.266-010. Contato: Augusto Pasqualini. Email: augusto.pasqualini@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (43) 3273-4017

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

segunda-feira, 18 de maio de 2026 14:23

Página 2 de 4

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**

Locais para Entrega: Polícia Científica de Toledo
Avenida Maripá, 1327 - Jardim Europa - Toledo/PR. CEP: 85.908-220. Contato: Leonete Ghellere e/ou Ana Lucia. Email: leonete.ghellere@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (45) 3277-1597

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de Umuarama
Avenida da Estação, 2400 - Zona VI - Umuarama/PR. CEP: 87.503-020. Contato: Claudio Mangini e/ou Simone Silva. Email: claudio.mangini@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (44) 3639-6262

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica de União da Vitória
Rua Coronel João Gualberto, 337 - São Bernardo - União da Vitória/PR. CEP: 84.600-396. Contato: Edison Alves e/ou Rodrigo Taborda. Email: edison.jesus@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (42) 3524-1000

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: Polícia Científica do Paraná - Almoarifado
Avenida Visconde de Guarapuava, 2652 - Fundos - Centro - Curitiba/PR. CEP: 80.010-100. Contato: Mauricio Catitas de Souza. Email: almoxa@policiacientifica.pr.gov.br. Telefone: (41) 3361-7288

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: PMPR-BPRV - Batalhão de Polícia Rodoviária - SESP

Locais para Entrega: 4ª CIA do BPRV
Rodovia PR-317, Km01 - Parque Industrial - Maringá/PR. CEP: 87.065-005. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: 4432192750

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - CPE - BPRV - 1ª CIA
Rua Inácio Wichniewski, 67 - Rodovia Contorno Sul cruzamento com a BR 277 - Orleans - Curitiba/PR. CEP: 82.310-420. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: (41)3273-6622

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - CPE - BPRV - 2ª CIA
Rua Cambará, 167 - Centro - Londrina/PR. CEP: 86.010-530. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: (43) 3378-190

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - CPE - BPRV - 3ª CIA
Rua Mato Grosso, 1004 - 3ª CIA do BPRV - São Cristóvão - Cascavel/PR. CEP: 85.813-020. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: 4532252332

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - CPE - BPRV - 5ª CIA
Rodovia BR-376, KM493 - 5ª CIA do BPRV - Colônia Dona Luíza - Ponta Grossa/PR. CEP: 84.045-900. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: 4232191888

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - CPE - BPRV - 6ª CIA
Rua Sete de Setembro, 363 - Santa Terezinha - Pato Branco/PR. CEP: 85.506-040. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: 4635235132

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - CPE - BPRV - Batalhão de Polícia Rodoviária
Rua Vital Brasil, 500 - Portão - Curitiba/PR. CEP: 80.320-120. Email: bprv-p6@pm.pr.gov.br. Telefone: (41) 3281-9000

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: SEED - Secretaria de Estado da Educação

Locais para Entrega: SEED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Almoarifado SEED/VILA OFICINAS)
Rua Capitão Guilherme Bianchi, 421 - Almoarifado Seed/Vila Oficinas (VO) - Cajuru - Curitiba/PR. CEP: 82.930-090. Contato: André Cândido Delavy. Email: almoarifado.seed@seed.pr.gov.br. Telefone: (41) 3366-7520. Fax: (41) 3366-7520

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: SUBPR-6CRPM - 6º Comando Regional da Polícia Militar - SESP

Locais para Entrega: 17º BPM (São José dos Pinhais)
Rua Doutor Murici, 2855 - Colônia Murici - São José dos Pinhais/PR. CEP: 83.085-310. Contato: Oficial P4. Email: 17bpm-p4@pm.pr.gov.br.
Telefone: (41) 3283-8500

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - 6ºCRPM - 17ºBPM - 1ªCIA - São José dos Pinhais
Rua Visconde do Rio Branco, 2905 - Centro - São José dos Pinhais/PR. CEP: 83.005-420. Contato: Oficial P4. Email: 6crpm-p4@pm.pr.gov.br.
Telefone: (41) 3753-3600

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - 6ºCRPM - 22ºBPM - Colombo
Rua Madre Maria Avosani, 687 - 22º Batalhão da Polícia Militar - Palmital - Colombo/PR. CEP: 83.413-120. Contato: Oficial P4. Email: 22bpm-p4@pm.pr.gov.br. Telefone: (41) 3605-2100

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - 6ºCRPM - 28ºBPM - Lapa
AV. DR. MANOEL PEDRO, 2271 - 28º Batalhão de Polícia Militar - CENTRO - Lapa/PR. CEP: 83.750-000. Contato: Sgt Ukan. Email: 28bpm-p4@pm.pr.gov.br. Telefone: (41) 3622-2743

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - 6ºCRPM - 29ºBPM - Piraquara
Rua Reinaldo Meira, 978 - Vila São Cristóvão - Piraquara/PR. CEP: 83.305-100. Contato: 4ª Seção do 29ºBPM (P4). Email: 29bpm-p4@pm.pr.gov.br. Telefone: (41) 3590-1300

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Locais para Entrega: PMPR - 6ºCRPM - 9ºBPM - Paranaguá
Rua Domingos Peneda, 2488 - Vila São Vicente - Paranaguá/PR. CEP: 83.209-575. Contato: Oficial P4. Email: 9bpm-p4@pm.pr.gov.br. Telefone: (41) 3420-2450

Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: UEM - Universidade Estadual de Maringá

Locais para Entrega: UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Avenida Colombo, 5790 - Campus Universitário - Zona 7 - Maringá/PR. CEP: 87.020-900. Contato: Altair Tiburcio dos Santos. Email: sec-dmp@uem.br. Telefone: (44) 3011-4221

Lotes para realizar a entrega:

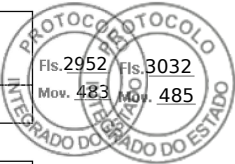
Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)

Órgão: UNIOESTE CASC - Univ Est do Oeste do Paraná - Campus Cascavel

Locais para Entrega: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Cascavel - Almoxarifado/Patrimônio
Rua Universitária, 2069 - Campus de Cascavel - Almoxarifado - Universitário - Cascavel/PR. CEP: 85.819-110. Contato: Kelly Jackeline Costa. Email: cascavel.almoxarifado@unioeste.br. Telefone: (45) 3220-3227. Fax: (45) 3220-7205

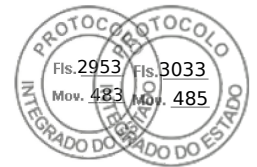
Lotes para realizar a entrega:

Lote 1 - kit de Atendimento Pré Hospitalar (APH)



Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 439/2025	PROTOCOLO N.º 23.662.076-0
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

SEAP/DECON, localizado na Rua Jacy Loureiro de Campos, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, CEP 80.530-915, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no **Pregão Eletrônico n.º 439/2025**, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de **KIT DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)**, conforme **Termo de Referência (Anexo I)**, visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (**Anexo VI**), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de **KIT DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)**, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
- Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
 - Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
 - Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE
02 - ÓRGÃO/ENTIDADE
03 - ÓRGÃO/ENTIDADE
04 - ÓRGÃO/ENTIDADE
05 - ÓRGÃO/ENTIDADE
06 - ÓRGÃO/ENTIDADE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

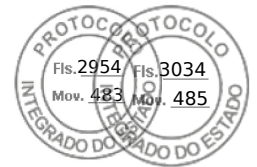
Registram-se o(s) preço(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1						

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA:

- 3.1** O prazo de vigência inicial da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no **Portal Nacional de Contratações Públicas**, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 3.2** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 3.3** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação, o quantitativo renovado, observadas as condições do art. 299 do Decreto 10.086/2022.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR:

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

- 5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.
- 5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.
- 5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo)**, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado, **07 de maio de 2026**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
- 5.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período acima enunciado.
- 5.1.2.2** O reajuste requerido após o prazo estipulado será concedido apenas a partir da data do protocolo do pedido, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores retroativos ao período anterior à solicitação.

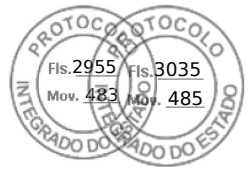
5.2 Do aproveitamento do Registro de Preços

- 5.2.1** Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

5.3 Do Remanejamento de Quantidades entre Órgãos Participantes

- 5.3.1** As quantidades previstas para itens com preços registrados em atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora exclusivamente entre os órgãos e entidades participantes, incluindo-se o próprio gerenciador para as quantidades que houver estimado. O referido remanejamento dependerá de autorização formal do órgão gerenciador e de prévia anuência da autoridade competente do órgão que tiver seu quantitativo reduzido. Contudo, em caso de alteração do município de fornecimento do bem ou prestação do serviço, caberá ao fornecedor detentor da ata a opção de aceitar ou não a demanda remanejada, sendo expressamente vedado o uso desta regra para obras e serviços de engenharia, observado o disposto no art. 307A do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR:

- 6.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- 6.1.1** For liberado;
 - 6.1.2** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - 6.1.3** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 6.1.4** Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
 - 6.1.5** Não aceitar o preço revisado pela Administração.
- 6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
- 6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
- 6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- 7.1.1** Pelo decurso do prazo de vigência;
 - 7.1.2** Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
 - 7.1.3** Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
 - 7.1.4** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

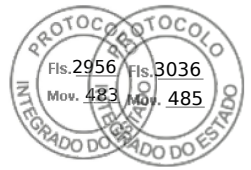
CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO:

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:
- 9.1.1** Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
- 9.1.2** Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
- 9.1.3** Manter as condições de habilitação;
- 9.1.4** Manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- 10** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
- 10.1** Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- 10.2** Emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- 10.3** Verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
- 10.4** Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
- 10.5** Registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
- 10.6** Providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e dos órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES:

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

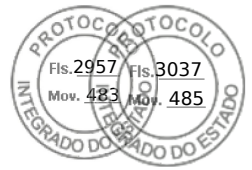
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA:

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor e dos licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE:

A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O **Pregão Eletrônico nº 439/2025** é realizado pelo **Pregoeiro Jhonatan Fioravante**, designado na **Resolução SEAP nº 12.224/2026**, publicado no DIOE Executivo edição n.º 12129 de 22/04/2026.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

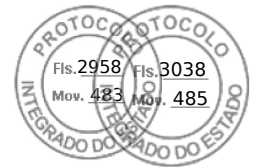
[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO
ÓRGÃO GERENCIADOR]

[PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA
CONDUÇÃO DO PREGÃO]

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

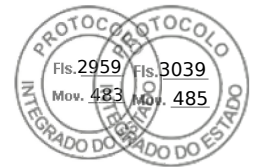
FORNECEDORES

LOTE/Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO VII.I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cadastro de Reserva

(Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação)

PROCESSO LICITATÓRIO PE 439/2025

PROTOCOLO 23.662.076-0

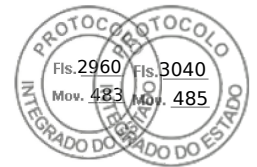
FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XX,XX	XXXX	
X	R\$ XX,XX	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XX,XX	XXXX	
X	R\$ XX,XX	XXXX	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

ANEXO VII.II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cadastro de Reserva

(Dos licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação)

PROCESSO LICITATÓRIO PE 439/2025

PROTOCOLO 23.662.076-0

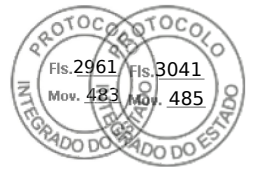
FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XX,XX	XXXX	
X	R\$ XX,XX	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XX,XX	XXXX	
X	R\$ XX,XX	XXXX	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo n.º 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico n.º 439/2025 – EDITAL

ANEXO VIII - MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: [O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão XXXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do **Pregão Eletrônico n.º 439/2025** (protocolo n.º 23.662.076-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

Aquisição de **KIT DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)**, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXX	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1					R\$	R\$

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do **Pregão Eletrônico n.º 439/2025**, objeto do processo administrativo n.º 23.662.076-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3. FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverão ser fornecidos em tantas etapas quanto forem solicitadas, com intervalos definidos pela Administração e conforme descrito no Termo de Referência, nos endereços constantes no **Anexo VI** do edital.

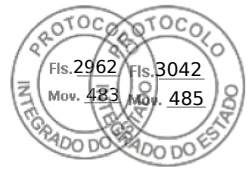
4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

- 4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato;
- 4.2 O valor total do contrato é de R\$ XX,XX (VALOR POR EXTENSO).
- 4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

5. DO REAJUSTE:

- 5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, pois o mesmo é considerado o índice oficial do governo, sendo utilizado pelo Banco Central como sistema de Metas de Inflação.
- 5.1.1** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado em **07 de maio de 2026**.
- 5.1.2** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- 5.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período citado no item 5.1.1.
- 5.2.2** O reajuste requerido após o prazo estipulado será concedido apenas a partir da data do protocolo do pedido, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores retroativos ao período anterior à solicitação.
- 5.3** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- 5.4** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6 A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 6.2** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.3** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.4** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
- 6.5** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

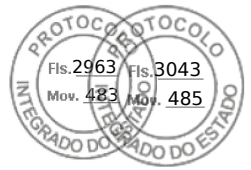
7 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

- 7.2** Os bens deverão ser entregues no local (**Anexo VI**), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (**Anexo I**), que integra o presente contrato para todos os fins.
- 7.3** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.
- 7.4** O recebimento definitivo será feito no prazo de até **15 (quinze) dias** da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.
- 7.5** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

8 FONTE DE RECURSOS:

8.2 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

9 VIGÊNCIA:

9.2 O contrato a ser firmado terá vigência de **12 (doze) meses**, contados de ____/____/____ a ____/____/____, por entender-se um prazo razoável ao planejamento administrativo da Administração Pública. Esse período garante a continuidade da execução do objeto, assegura previsibilidade de despesas e permite reavaliação periódica das condições pactuadas.

9.2.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.2.2 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações do contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou de validade, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, **quando cabível**;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

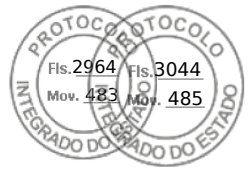
10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz nos termos do art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.11 Na aquisição dos **Kits de Atendimento Pré-Hospitalar (APH)**, deverão ser observados princípios de **sustentabilidade**, conforme art. 25, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.11.1 Sempre que possível, os produtos deverão:

- a) Utilizar materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis;
- b) Ser acondicionados em embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- c) Estar livres de substâncias tóxicas proibidas;
- d) Atender normas de segurança e qualidade vigentes.

10.1.11.2 A contratada deverá orientar sobre o descarte ambientalmente adequado de insumos vencidos e demais resíduos.

10.1.11.3 Serão valorizadas práticas de responsabilidade social e condições de trabalho dignas.

10.1.11.4 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

10.1.11.5 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11.6 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas previstas no Edital e em seus anexos;

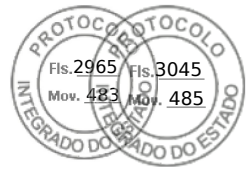
10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 10.2.4** Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo CONTRATADO, **no que couber**;
- 10.2.8** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9** Ressarcir o CONTRATADO, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, **quando houver**, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 10.3** As PARTES CONTRATANTES declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

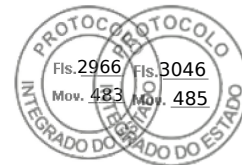
11 FORMA DE PAGAMENTO:

- 11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
- 11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.
- 11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.
- 11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.
- 11.3.1** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 11.4** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do órgão contratante (pagador), informando o CNPJ e seu endereço, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
- 11.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- 12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 12.1.1** Não será exigida a Garantia de Execução de Contrato, pois se trata de aquisição em que o pagamento só será realizado após a efetivação da entrega total ou parcial do objeto, não ocorrendo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.
- 12.1.2** Por se tratarem de materiais de baixo valor econômico, com padrão usual de mercado (sem complexidade técnica) e sem riscos financeiros de execução, a exigência de garantia de execução de contrato não é necessária e a estipulação de garantia pode inviabilizar a contratação para este certame.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 13.1** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
- 13.2** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
- a)** Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b)** Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c)** Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 13.3** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 13.4** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

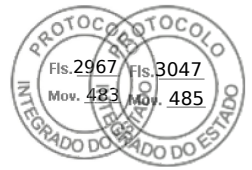
Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 13.4.1** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
- 13.5** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
- 13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022 e na Lei n.º 20.656, de 2021.
- 13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
- 13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).
- 13.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14 CASOS DE EXTINÇÃO:

- 14.1** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 14.1.1** Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 14.1.2** De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 14.1.3** Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 14.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 14.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 14.4** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

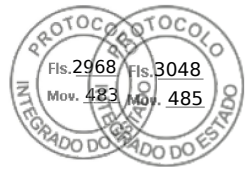
15 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 15.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021.
- 15.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 15.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
- a)** Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b)** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
 - c)** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 15.3** Não será permitida a subcontratação do objeto.
- 15.4** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 15.5** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

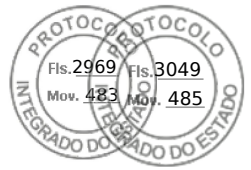
16 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

- 16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- 16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
- 16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
- 16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- 16.5** O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
- 16.6** O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
- 16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
- 16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

- 16.10** O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
- 16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
- 16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
- 16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
- 16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
- 16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
- 16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

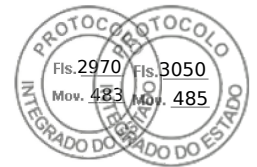
17 DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.
- 17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
- 17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.
- 17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico nº 439/2025 – EDITAL

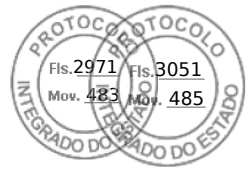
Local e data

	CONTRATANTE	CONTRATADA
Testemunhas		
1 – Nome:		
2 – Nome:		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

Protocolo n° 23.662.076-0 – Pregão Eletrônico n° 439/2025 – EDITAL

ANEXO IX - DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL. Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **79b8eb151fd19a8c6486d23f451ea9f6**

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Jhonatan Fioravante** em: 20/05/2026 13:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1cf36cf86cbb263a324c5486ac32ef1d**

Documento: **Minuta_PE_4392025_KITPREHOSPEDEC.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Eloisa Marcia Xavier da Silva (XXX.667.639-XX)** em 18/05/2026 14:59 Local: SEAP/DECON/DL.

Inserido ao protocolo **23.662.076-0** por: **Aline de Almeida Santos** em: 18/05/2026 14:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: